

Televisão e cidadania: a participação da sociedade civil na 2: portuguesa*

Gabriela Borges

CICCOMA/FCHS/Universidade do Algarve/FCT, Portugal

Índice

1 Uma breve introdução histórica	2
2 A 2:	4
3 Pensar a qualidade na 2:	5
4 Os Programas	7
5 Considerações finais	10
6 Bibliografia	11

Resumo

Esta comunicação apresenta o novo conceito de comunicação veiculado pela 2: portuguesa e discute parâmetros de qualidade para analisar os programas “Causas Comuns”, “Tudo em Família” e “Nós”. Os resultados apresentados fazem parte da pesquisa de pós-doutoramento desenvolvida na Universidade do Algarve.

Em 2003, o segundo canal da Rádio e Televisão Portuguesa foi reestruturado e entregue à sociedade civil, que participa por intermédio das parcerias com instituições, associações, organizações não-governamentais, entre outras. O modelo adotado enfatiza o seu carácter mini-generalista, informativo e cultural, cujo objetivo é permitir o acesso de

públicos específicos ao conhecimento, com enfoque nos conteúdos educativo, cultural, infantil e social.

Sob a perspectiva dos estudos sobre a televisão pública de qualidade, a definição dos parâmetros qualitativos baseia-se no potencial da televisão como um meio de comunicação de massa com um sistema próprio de expressão, que proporciona uma experiência colectiva e tem a capacidade de criar um laço social entre diferentes comunidades. Os programas escolhidos promovem questionamentos a nível individual e colectivo, originam debates de ideias e diferenças de opiniões, assim como desempenham um importante papel na formação crítica e política dos cidadãos a partir de suas diversas produções de sentido e significações.

Neste sentido, pretende-se analisar as qualidades intrínsecas à natureza de cada um dos programas a fim de discutir, a partir dos parâmetros de qualidade, as suas influências na formação de valores democráticos e no estímulo ao exercício da cidadania os quais, em última instância, constituem o papel social da televisão.

Palavras-chave: televisão pública portuguesa, cidadania, qualidade

*Texto publicado nos Anais do Congresso Lusocom 2006, Universidade Santiago de Compostela.

Abstract

This paper presents the new concept of communication adopted by Portuguese public television channel 2: and discusses parameters of quality to be used in the analysis of the programmes “Causas Comuns”, “Tudo em Família” e “Nós”. These results are part of a postdoctoral fellowship currently being carried out at the University of the Algarve.

In 2003, channel 2: was restructured and began to broadcast programmes produced by institutions, associations, non-governmental organizations, among others. The new model presents a mini-generalist, informative and cultural character, the main objective of which is to enable access to knowledge to minority audiences, with a focus on educational, cultural, social and children contents.

From the perspective of public quality television studies, the definition of parameters of quality is based on the potential of television as a medium of mass communication with a particular system of expression, which promotes a collective experience and has the ability to create a social lace among different communities. The programmes chosen promote individual and collective questionings, originate debate of ideas and difference of opinions, and play an important role in terms of critical and political formation of citizens, as they produce different understandings.

In this sense, the paper analyses the intrinsic qualities of each programme and discusses their influences in the development of democratic values and the promotion of citizenship, which constitute important roles of television.

Key-words: Portuguese public television, citizenship, quality.

1 Uma breve introdução histórica

Em finais dos anos 1990 e início do século XXI a televisão pública portuguesa passava por uma enorme crise quando o governo e a sociedade civil estiveram envolvidos em diálogos e mudanças estruturais a fim de que os canais públicos da Rádio e Televisão Portuguesa oferecessem um melhor serviço de televisão.

O serviço público de televisão encontrava-se completamente endividado, principalmente depois da abolição da taxa de licença paga pelos cidadãos em 1991 e da redução na emissão de publicidade devido às pressões exercidas pelos dois canais privados, SIC e TVI, em 1996. Em maio de 2002 o Conselho de Ministros anunciou a sua intenção de privatizar o segundo canal e manter somente um canal público de perfil generalista. Esta medida foi muito contestada devido ao fato do segundo canal ser considerado pela elite cultural como o melhor canal da televisão portuguesa.

Com a hesitação e o descontentamento presente em diversos setores da sociedade, o governo designou um Grupo de Trabalho coordenado por Helena Vaz da Silva para avaliar o funcionamento do serviço público de televisão e de rádio. Em setembro de 2002 foram apresentados os resultados, cujas principais recomendações referiam-se à não privatização da RTP, que deveria continuar com um canal público generalista, a RTP1, e deveria usar o segundo canal como um “serviço alternativo aberto à sociedade civil no sentido de reforçar a diferença, os princípios universais, a coesão e a proximidade.”

Em dezembro de 2002 o governo apresentou as suas próprias propostas no docu-

mento intitulado *Novas Opções para o Audiovisual*. Este documento salienta a crise de identidade com relação à estratégia, à organização e à integridade em que o sector encontrava-se, principalmente devido ao incumprimento das suas obrigações de serviço público, à perda da audiência, aos altos custos de produção e de recursos humanos e à má gestão do dinheiro público. Como resultado, foram definidas novas estratégias para a reestruturação do serviço público de televisão e de rádio que enfatizavam o seu papel de defender e garantir a identidade nacional e os princípios de formar, informar e divertir como complementares em todos os géneros da programação, promovendo assim a diversidade e a inovação.

O ministro Morais Sarmiento reafirmou a intenção do governo em manter apenas um canal público generalista e, ao invés de privatizar o segundo canal, entregá-lo à sociedade civil, mantendo-o assim fora do escopo da RTP. O argumento usado pelo governo foi de que o segundo canal, através da sua comunicação direta com o público, estaria mais próximo dos cidadãos e poderia contribuir para a maturidade da democracia e para o desenvolvimento da sociedade. Neste sentido, os cidadãos seriam os provedores de conteúdo e a audiência dos seus próprios programas e o serviço público de televisão passaria assim para as mãos do próprio público.

Entretanto, Pinto e Souza (2004:9) argumentam que, a este respeito, o governo ignorou as recomendações do grupo de trabalho, pois o papel da chamada “sociedade civil” tinha sido mencionado, mas de forma alguma definido e, por isso, poderia ser entendido como bem conviesse ao governo. Salientam ainda o discurso retórico de Morais Sarmiento no sentido de convencer a socie-

dade de que o governo estava oferecendo-lhe um bem precioso (a televisão pública) e que só dependia dela organizar-se para fornecer conteúdos a serem veiculados pelo segundo canal.

Como é possível notar, a entrega do segundo canal à sociedade civil foi bastante controversa e recebeu muitas críticas da opinião pública. Para o governo, a entrega à sociedade civil foi um meio termo encontrado entre a privatização e a impossibilidade da continuidade de um canal público. Para os formadores de opinião, nomeadamente os académicos e os jornalistas, o governo foi irresponsável pelo fato de não ter proposto um modelo pertinente de funcionamento do novo canal.

O novo modelo proposto no documento *Novas Opções para o Audiovisual* elenca como principal objetivo a abertura do canal à sociedade civil, cuja oferta de serviço público deveria ser feita fora do âmbito do operador de serviço público por intermédio de parcerias com diversas entidades. Sendo assim, o segundo canal foi colocado como uma “via de comunicação e relacionamento directo entre os diferentes parceiros e o público, sem intermediação do Estado”. Para esse efeito foram definidas áreas de intervenção e parceiros institucionais que garantissem uma programação de qualidade e dirigida a públicos segmentados nas seguintes áreas de atuação: cultura, educação, ação social, desporto, produções independentes, cinema português apoiado pelo ICAM, ambiente e defesa do consumidor.

Na fase inicial a concessão seria gerida pelo operador público de televisão, que garantia a emissão, os recursos humanos necessários à coordenação e operação e disponibilizava aos parceiros o acesso à sua capaci-

dade de produção. O modelo definido apresentava uma gestão económico-financeira autónoma em busca de auto-sustentação, cujo orçamento global foi estimado em 50% do orçamento dedicado ao canal 2. O objetivo do progressivo desenvolvimento deste modelo era a “autonomização completa, traduzida na assunção total de responsabilidades pelo conjunto dos parceiros e na posterior atribuição da licença”.

A partir das considerações acima esboçadas, deu-se início ao processo de reestruturação que levou cerca de dez meses. Em Outubro de 2003 foram lançados o novo conceito e a nova imagem da 2:, que contou com uma renovação de 76 por cento do seu tempo de emissão.

2 A 2:

O plano de marketing e comunicação da 2: enfatiza o seu papel mini-generalista, informativo e cultural, no sentido de permitir o acesso de públicos específicos ao conhecimento, com enfoque nos conteúdos de âmbito educativo, cultural, infantil e social. Com isso, o novo canal passou a ter um papel complementar em relação à RTP 1 e aos outros canais do panorama audiovisual português. A sua missão é nomeadamente “reforçar os princípios de universalidade, coesão e proximidade do serviço público de televisão por meio da diferença; defender a língua, a cultura e a História portuguesa; promover a integração do indivíduo na sociedade e a compreensão das suas instituições, da história das civilizações, da defesa do ambiente, das minorias e do papel das religiões”. Além disso, tem a intenção de facilitar o acesso ao conhecimento por meio de uma programação de qualidade que responda às necessidades

de públicos específicos, particularmente os jovens, as minorias e os cidadãos com dificuldades de comunicação ou mobilidade.

Em relação ao antigo canal RTP2, a 2: apresenta uma programação distinta, com um aumento de 15% no volume de programas no âmbito da Educação, da Cultura e da Acção Social, os quais correspondem atualmente a 42% da grelha de programação e um aumento de 4% no volume de programas da categoria Infantil, que passam a corresponder a 19% da grelha. Houve uma diminuição de 2% no volume de programas de Informação, que passam a corresponder a 19% do total e de 14% nos programas da categoria Ficção e Cinema, que correspondem atualmente a 11% da grelha de programação. As outras duas áreas da programação que diminuíram a sua percentagem de participação foram Desporto e Variedades, que correspondem atualmente a 6% e 2% da grelha, respectivamente. Com a reformulação, houve um aumento de 24 para 60% do espaço dedicado à produção nacional e a programação considerada de serviço público passou a representar 80% do tempo de emissão em relação aos 45% anteriormente apresentados pela RTP2.

A participação da sociedade civil na 2: efectiva-se pela parceria com instituições, fundações, associações, ordens profissionais, institutos, órgãos de comunicação social, universidades e O.N.G.s e operacionaliza-se de diversas formas; entre elas destaca-se o fornecimento de programas, a cedência de meios e de direitos, o apoio técnico e científico e os patrocínios. Esta abertura possibilita o acesso do público a valores e temáticas que, em geral, não têm cobertura na mídia e disponibiliza uma nova oferta de programas para públicos novos e variados.

O formato preferencial criado para permiti-

tir a participação de diversos parceiros e evitar a fragmentação da grelha intitula-se contentor. Cada contentor é dividido em duas partes de 30 minutos dedicadas a um tema específico. Cada tema é apresentado por um filme, seguido de um debate ou conversa informal. Os dois contentores a serem destacados são o **Contentor Familiar**, que aborda temas como a pedagogia e a educação, a saúde materno-infantil, a protecção de menores, a terceira idade, entre outros; e o **Contentor Cidadania**, que discute temas como a acção social, o direito do consumidor, a defesa do ambiente, o emprego, etc.

As produtoras independentes adquiriram um papel importante na parceria com o novo canal, ao ficarem responsáveis pela produção da maior parte dos programas nacionais e dos documentários. De facto, produziram 16 dos 18 programas de produção externa que integraram a grelha de arranque no final de 2003. Do ponto de vista da direcção da 2., esta estratégia assegura que o investimento público seja revertido para estimular a indústria audiovisual portuguesa e os profissionais nacionais.

Com a criação da nova imagem, a 2: tem como objectivo transmitir os seguintes conceitos: Abertura a Novos Canais, Experimentalismo nos Formatos, Representação das Minorias e Pequenos Segmentos, Didactismo na Actuação Social, Pluralidade de Conteúdos e Sentidos, Multiplicidade de Intervenientes, Eclectismo e Abrangência, Ousadia no Conceito, Inovação na Identidade, Construção de uma Diferença, Capitalização da Nova Marca e Abertura do Acesso ao Ecrã de Novos Segmentos da Sociedade.

3 Pensar a qualidade na 2:

Em termos gerais, o plano de comunicação e marketing proposto pela nova direcção da 2: oferece possibilidades para a inovação, o experimentalismo e, em tese, para a participação dos cidadãos.

Com isso, torna-se importante ressaltar a importância do papel desempenhado pela televisão como um bem público, cultural e simbólico, que oferece uma experiência comum a milhões de pessoas deve-se ao fato de que ela pode enriquecer a vida social, cultural e política do público. Ela pode estimular mudanças de cultura e de sociedade, de mentalidade e de comportamento devido à sua capacidade ritualística de fomentar o envolvimento de uma comunidade.

Para Mepham (1990:56-60), a televisão de qualidade deve estar relacionada a um projecto social que preserva o pluralismo cultural e estimula a democratização da sociedade ao fornecer narrativas que sejam úteis, sirvam como experimentos da imaginação e não sejam previsíveis. Neste sentido, a discussão de parâmetros de qualidade para analisar a televisão pública deve considerar, por um lado, as propostas estéticas dos programas e indagar até que ponto são veiculadores de histórias úteis. Por outro lado, os mecanismos de participação sociocultural dos cidadãos.

A análise estética contempla aspectos intrínsecos à natureza híbrida da linguagem televisual e a produção de sentidos que promove por meio da edição das suas imagens sonoras e visuais. Apesar de ter incorporado várias linguagens, a televisão mostra-se singular em muitos aspectos, como por exemplo no que diz respeito à predominância do áudio, que é usado para garantir um certo grau

de atenção do telespectador; à alternância de várias câmaras e a fragmentação de uma acção em vários planos, cuja continuidade é mantida pela performance das diferentes câmaras; à circularidade da informação e das imagens, cuja reiteração de ideias permite que sejam entendidas até mesmo por aqueles que acabaram de ligar o aparelho. Da mesma forma, os programas empreendem diferentes níveis de familiaridade e intimidade com os espectadores pelo facto de estarem sempre disponíveis a incitarem um diálogo nos dias e nas horas determinados pela programação.

Com relação à participação dos cidadãos, esta efectiva-se não somente na produção de conteúdos, mas também “na co-responsabilização, interacção, aconselhamento e avaliação” que, conforme salienta Pinto (2005, 54-6), são processos indispensáveis na actuação de um serviço público de qualidade. Pinto sugere que esta pode efectivar-se por intermédio da acção individual, da dimensão associativa, das instâncias de regulação, no caso da Alta Autoridade para a Comunicação Social e mais recentemente da Entidade Reguladora para a Comunicação Social e da acção das instituições educativas, escolares ou não, que podem contribuir com a literacia mediática.

Os estudos sobre qualidade e a cidadania na televisão pública mostram-se complexos, plurais e dinâmicos. Contudo, esta investigação que encontra-se em desenvolvimento tem o intuito de sistematizar os diversos pontos de vista e propor alguns parâmetros de qualidade que contemplam, em termos gerais, os seguintes aspectos:

O primeiro aspecto considera a importância do papel desempenhado pela televisão pública, que reflecte e tem reflexos na vida das pessoas, cria laços sociais e tem a capa-

cidade de desenvolver a consciência crítica na formação cultural e política dos diversos sujeitos sociais que constituem atualmente a sociedade portuguesa.

O segundo aspecto analisa o seu papel na produção de valores agregados, na formação de mentalidades e no estímulo ao exercício da cidadania. Pinto (2005:49) ressalta que a orientação para a cidadania deve ser o critério que organiza o serviço público de televisão, pois este não se efectiva sem a participação activa dos cidadãos.

O terceiro aspecto analisa o que Mepham (1990) refere-se como a produção de programas que veiculam narrativas úteis, as quais originam questionamentos, debates de ideias e diferenças de opiniões, pois promovem diversas produções de sentido e significações.

O quarto aspecto contempla as propostas estéticas dos programas levando em consideração o facto de apresentarem uma linguagem híbrida constituída pelos enquadramentos, pela predominância do áudio, pela edição rápida de imagens visuais e sonoras e pelas emissões ao vivo, e também avalia o experimentalismo e a inovação da linguagem televisual.

O quinto aspecto considera a literacia mediática e o papel pedagógico que a televisão pode ter na abordagem de assuntos de suma importância na era da globalização, como por exemplo a imigração, as diferenças étnicas e culturais e o preconceito, a reciclagem e a defesa do meio ambiente.

O sexto aspecto analisa se os conceitos definidos pela reestruturação da 2: estão sendo transmitidos pelos programas ou apenas integram a proposta de reformulação da sua imagem publicitária.

O sétimo aspecto questiona e avalia a participação efectiva da sociedade civil, os par-

ceiros e os diversos públicos que não têm representatividade na mídia, nos programas televisuais da 2: portuguesa.

4 Os Programas

Para este trabalho foram escolhidos três programas produzidos por instituições da sociedade civil e que abordam temas relacionados com a participação cívica e democrática dos cidadãos na sociedade com o objetivo de serem analisados conforme os parâmetros de qualidade acima propostos. São eles: **Causas Comuns**, **Tudo em Família**, produzidos no formato contentor, e o programa **Nós**.

Para efeitos de análise foram escolhidas as emissões dos programas Causas Comuns e Tudo em Família que abordaram o tema da imigração nos meses de dezembro de 2005 e janeiro de 2006. Nos últimos meses, após os eventos ocorridos em Melilla e França, a televisão pública e privada em Portugal têm dedicado considerável tempo de antena a este assunto. Cumprindo o seu papel social, a 2: também preocupou-se em discutir questões relacionadas com a imigração e a discriminação étnica e racial em Portugal e no exterior. O programa Nós é um programa essencialmente dedicado a este tema e realizado a partir de uma parceria entre a ACIME (Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas) e a Cais e a RTP.

O programa **Causas Comuns** tem 60 minutos de duração e é apresentado por Fernanda Freitas. É realizado em conjunto com vários parceiros da 2: e aborda temas como ação social, direito do consumidor, defesa do ambiente, acesso à justiça, democracia e participação cívica, prevenção rodoviária, segu-

rança e prevenção de incêndios, emprego, entre outros. É transmitido ao vivo às 18:30 horas com reprises de madrugada e conta com a participação dos telespectadores pelo telefone e por e-mail.

O programa, como foi dito acima, apresenta-se no formato contentor cidadania. No início, apresentou uma reportagem sobre a situação dos emigrantes africanos que tencionam entrar na Europa. Em seguida a apresentadora iniciou a intermediação de um debate em estúdio com convidados, o qual é interrompido pelos telefonemas de cidadãos que querem dar o seu depoimento sobre o assunto. No programa dedicado ao tema da imigração, foram convidados um fotógrafo, um artista, uma antropóloga e um representante da ACIME. Os diferentes pontos de vistas apresentados tinham suas particularidades, mas estavam de acordo que a imigração constituía um problema que a Europa vive há muitos anos e que apresenta características singulares no início deste século. É possível dizer que o debate foi plural, no sentido de esclarecer que a imigração não é um “mal em si”, como muitas vezes é apresentado pela mídia que espetaculariza fatos e histórias. Através das diferentes experiências de vida dos convidados, o programa transmitiu uma mensagem não maniqueísta e bastante consciente dos direitos de ir e vir que deveriam ser assegurados aos cidadãos. Entretanto, ficou claro também que este é um problema difícil de ser resolvido justamente pelo fato de apresentar inúmeras variáveis e até mesmo contradições. O depoimento apresentado pelo fotógrafo foi dos mais marcantes, pois ele trabalhou nos campos de refugiados da fronteira em Marrocos, onde encontram-se africanos de diversas origens, os quais têm a intenção de atravessar

o mar para chegar à Europa. Por esse motivo, apresentou um ponto a vista bastante informado sobre a realidade daqueles emigrantes. O artista francês falou um pouco sobre a realidade da imigração e da discriminação naquele país. O representante da ACIME ressaltou os vários projetos de integração que a instituição está envolvida e antropóloga e professora universitária apresentou o seu ponto de vista a partir de investigações que realizou.

Num formato bastante dinâmico, intermediado por Fernanda de Freitas, o programa não apenas apresentou esta pluralidade de pontos de vista como também cumpriu o seu papel social de informar e conscientizar sobre a questão. No meu entender, é crucial que este tipo de trabalho seja feito em Portugal, pois apesar de este ser um país de emigrantes, o fenómeno da imigração é recente e o país está ainda imbuído de preconceitos como qualquer outra sociedade. Este é um processo lento e contínuo, no qual a televisão tem um papel importantíssimo a desempenhar.

Outra característica a ressaltar é que durante a transmissão, são colocadas informações no rodapé que resumem as principais questões abordadas durante a discussão. Em termos televisuais, permite que as pessoas que acabaram de sintonizar no canal sigam a discussão, mas também constrói uma narrativa própria com os principais enfoques do programa. A participação dos telespectadores ocorre ainda de forma pouca efetiva, pois os canais de comunicação disponíveis, telefone e email, ainda são os tradicionais. Os telefonemas apresentam pontos de vista pontuais e também experiências de vida sobre o assunto

abordado.

Tudo em Família é um programa de debate de 60 minutos que aborda diversos temas de carácter social que interessam às famílias como, por exemplo, saúde, educação, alimentação, comportamentos, entre outros. É exibido ao vivo de segunda a sexta-feira, por volta das 14:00 horas com reprises de madrugada e apresentado por Margarida Mercês de Melo, que entrevista convidados de diversas áreas e responde informalmente às questões dos telespectadores.

Tudo em Família é produzido em parceria com diversas entidades da sociedade civil, que contribuem para o programa com temas, informação, reportagens e convidados e os telespectadores através do blog tef.typepad.com, do telefone e do e-mail do programa. Na página da internet da 2: (www.dois.tv) encontra-se ainda a sessão Nossos Conselhos & Inquéritos de Rua.

O programa analisado sobre o tema da imigração contou com a presença do Alto Comissário da ACIME, da representante do Serviço Jesuíta de Refugiados e da Associação Brasileira de Portugal. O programa insere-se no formato contentor familiar e apresenta na reportagem inicial várias entrevistas realizadas com cidadãos nas ruas de Lisboa sobre a questão da legalização do imigrante e o reagrupamento familiar. De modo geral, as respostas foram bastante positivas com relação à legalização e reagrupamento familiar dos imigrantes. A perspectiva da abordagem do programa, apesar de parecida com o programa Causas Comuns, é um pouco diferente, porque o foco neste caso é a família e a sua importância na vida do imigrante.

O Alto Comissário procura mostrar

que a história da imigração é positiva em muitos países, inclusive muitos deles transformaram-se em potências mundiais devido ao trabalho dos imigrantes, como é o caso dos Estados Unidos e da Austrália. Os outros dois convidados que trabalham com comunidades mais específicas, nomeadamente brasileiras e da Europa do Leste, salientaram a importância do reagrupamento familiar como fator de integração e estabilidade dos imigrantes em Portugal. Também foram abordadas as questões da repatriação, principalmente de mulheres; das dificuldades encontradas no dia-a-dia dos imigrantes e dos projetos de vida que algumas vezes fracassam. Foi convidada uma assessora jurídica da ACIME para fornecer aconselhamento em relação aos direitos, aos deveres e aos documentos necessários ao reagrupamento familiar de imigrantes. E foi apresentada ainda uma reportagem sobre a gastronomia caboverdiana. É necessário ressaltar, pela sua pertinência e complexidade, uma questão levantada por telefone por uma das telespectadoras, a saber: o problema do preconceito e da perpetuação de estereótipos sociais que a televisão muitas vezes reafirma. Este caso referiu-se especificamente ao comentário da apresentadora de que todos os brasileiros tomam caipirinha e todos os russos tomam vodca, que foi feito em tom de brincadeira para introduzir os entrevistados, mas que mostrou-se impróprio e um exemplo do que um programa de televisão não deve fazer. A apresentadora não deixou que a telespectadora terminasse o seu raciocínio e tudo ficou por isso mesmo, sem um reconhecimento nem uma contraposição que desfizesse o equívoco. São nestes pequenos pormenores, que muitas vezes não são notados porque

as pessoas nem têm consciência de que partilham o ponto de vista preconceituoso, que a televisão perpetua os estereótipos.

Este programa, apesar de ter proposto um tema bastante atual e ter dado algumas informações úteis aos telespectadores, foi muito superficial para um programa de 60 minutos, pois muitas questões fulcrais não foram abordadas. No meu ponto de vista, foi um problema de produção, pois outros temas do interesse da família, como por exemplo as variáveis que permitem a integração como a escola, o trabalho, a habitação, poderiam ter sido elencados para a discussão. A reportagem inicial mostrou diferentes pontos de vistas e alguns dos entrevistados abordaram questões pertinentes, mas houve um problema de condução das questões. O Alto Comissário tentou, várias vezes, mostrar que não se pode ver a questão da imigração de um ponto de vista negativo, mas a apresentadora não aproveitou a “deixa” para introduzir esta outra perspectiva. Além disso, relativamente ao estímulo ao exercício da cidadania, emitiu um ponto de vista preconceituoso num determinado momento da transmissão a respeito de um tema que mostra-se bastante sensível no atual contexto das relações interculturais em Portugal.

O **Nós** é um programa de 60 minutos de duração exibido aos domingos às 10:00 horas, com reprises na RTP1, RTP Internacional e RTP Africa durante a semana. O programa aborda o tema da imigração sobre a ótica de acolhimento e da integração das diversas comunidades que vivem em Portugal. Procura focar a diversidade, mostrando não apenas a forma como os portugueses vêem os imigrantes, mas também como os portugueses são vistos por eles. É

também um programa que procura esclarecer aspectos sobre os direitos e os deveres dos cidadãos imigrantes, assim como fornecer informações sobre as diversas associações e serviços disponibilizados pela sociedade civil e pelo Estado.

Apresenta as seguintes rubricas: Histórias de vida; Receitas do Mundo; Reportagens sobre Cultura (mostras culturais de arte e literatura; sessões de músicas e sons); Escolas Multiculturais em Portugal; Debates e Entrevistas em Estúdio, apresentados pelo jornalista Mário Carneiro e que abordam temas atuais no âmbito da imigração como educação, saúde, emprego, negócios e habitação; Informações Úteis e Consultórios, apresentada pela jornalista brasileira Elaine Javorski, e que aborda temas práticos de interesse para os imigrantes como por exemplo emprego, formação, vistos, associações, família.

O programa da segunda semana de janeiro apresentou uma entrevista sobre o filme “Sem Ela” da realizadora Anna de Palma, uma portuguesa radicada em França que sente-se cidadã e estrangeira nos dois países e cujo trabalho aborda esta relação contraditória. A reportagem da rubrica Consultórios abordou a questão das diferenças da língua portuguesa falada em Portugal e no Brasil a partir das histórias contadas pelos brasileiros que trabalham nos açougues (ou talhos) em Portugal. Em Histórias de Vida apresentou uma reportagem sobre a história de uma angolana que fabrica roupas africanas em Portugal, o projeto “Pular a Cerca”, desenvolvido no bairro do Cerco no Porto, o grupo Nariz Vermelho, formado por palhaços de diversas nacionalidades, que atua nos hospitais de Lisboa. Em Informações úteis apresentou reportagens como as indi-

cações de como chegar ao Centro Nacional de Apoio do Imigrante (CNAI) do Porto e o contacto da Associação de Apoio às Vítimas de Discriminação (APAV) e ainda a Agenda Cultural. Apresentou ainda uma entrevista com o diretor brasileiro da Editora Vozes e na rubrica reportagens sobre cultura, apresentou a história de um músico russo que atualmente é proprietário de um restaurante russo no Porto.

Em uma hora, o programa abordou várias questões de interesse dos imigrantes com uma linguagem leve, acessível e bastante criativa em termos de recursos gráficos audiovisuais. Apresentou ainda um ponto de vista positivo que enfocou a riqueza e a pluralidade das relações entre diferentes culturas.

A página da internet (www.acime.gov.pt) disponibiliza informações sobre a programação, divulga receitas culinárias de diversas nacionalidades e há também um espaço reservado para a rubrica Consultórios, que divulga as informações práticas transmitidas no programa.

5 Considerações finais

Considerando o importante papel desempenhado pela televisão no sentido de informar, promover debates, fomentar inovações e formar o público em geral, os programas analisados produzem narrativas úteis que apresentam uma multiplicidade de sentidos e refletem na formação dos indivíduos.

Em termos gerais, os programas abordam a questão da imigração sob um ponto de vista positivo no sentido de que Portugal tem muito a enriquecer-se com a experiência das relações interculturais. Neste sentido, ao dedicar tempo de antena e abordar diversas questões relevantes para os imigrantes, os

programas promovem a formação da consciência crítica dos cidadãos, agregando valores nas suas vidas e contribuindo para que a tolerância e a aceitação do outro esteja mais presente nas relações entre os indivíduos em diversas instâncias da sociedade.

Se considerarmos a efetiva participação da sociedade civil na 2., é possível constatar que nos três programas analisados temos a presença de diversas instituições sociais na produção, com o fornecimento de temas, pessoal qualificado para discutir os temas propostos durante os programas e material de apoio. Por outro lado, os cidadãos participam de forma ainda bastante precária, ou seja, pelo telefone, e-mail e blog, apesar das suas intervenções serem transmitidas ao vivo. É importante ressaltar que a participação efetiva dos cidadãos se efetua se estes forem chamados para contribuir com a produção de conteúdos, pois apenas por esta via os seus diversos pontos de vista poderão ser representados. Exemplo disso é a observação da telespectadora com relação à perpetuação de estereótipos no programa Tudo em Família. Ainda assim, os programas permitem o acesso de pequenos segmentos e minorias que geralmente não tem nenhuma representatividade nos media.

Portanto, é possível considerar que ao promover sentimentos de pertencimento e criar laços sociais entre diversas comunidades os programas têm reflexos sobre a democratização da sociedade e o desenvolvimento da cidadania.

6 Bibliografia

- Borges, Gabriela: “A discussão do conceito de qualidade no contexto televisual britânico” em *Líbero Revista Acadêmica da Pós-Graduação da Faculdade Casper Líbero*, São Paulo, 2005.
- Borges, Gabriela: “Discusión de parámetros de calidad para analizar programas de la 2: Portuguesa” Actas do Congresso Hispanoluso de Comunicación e Educación “La televisión que queremos, Huelva, 2005.
- Broadcasting research unit: *Quality in television: Programmes, Programme-makers, systems*. Londres, John Libbey, 1989.
- Brunsdon, Charlotte: “Problems with quality” em *Screen*, 31-1 (1990), p. 67-90.
- Cádima, Francisco Rui: *Mitos e realidades das indústrias da convergência*. [en línea] 1998 <http://www.bocc.ubi.pt/pag/_texto.php?html2=cadima-mitos-realidades-industrias-convergencia.html>. [Consulta: 13 maio 2005]
- Ellis, John: “What is the point?” em Mulgan, Geoff. (comp.): *The Question of quality*. Londres, British Film Institute, 1990.
- Hoineff, Nelson: *A nova televisão. Desmasificação e o impasse das grandes redes*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1996.
- Machado, Arlindo: *A televisão levada a sério*. São Paulo, Ed. Senac, 2000.
- Mephram, John: “The Ethics of quality in television” em Mulgan, Geoff. (comp.): *The Question of quality*. Londres, British Film Institute, 1990.

- Mulgan, Geoff: “Television’s Holy Grail: seven types of quality” em Mulgan, Geoff. (comp.): *The Question of quality*. Londres, British Film Institute, 1990.
- Newcombe, Horace. e Hirsch, Paul: “Television as a Cultural Form” em Newcombe, Horace (ed.) *Television: the critical view*. Nova Iorque, Oxford, Oxford University Press, 1987.
- Pinto, Manuel (coord.). *Televisão e Cidadania. Contributos para o debate sobre o serviço público*. Porto: Campo das Letras, 2005.
- Pinto, Manuel e Souza, Helena: *Media policy, economics and citizenship: an analysis of a peculiar model for participatory public service television*. [en linea] 2005. <<http://hdl.handle.net/1822/3076>> [Consulta: 10 janeiro 2006].
- SOARES, Tânia Maria: *Re-Regulamentação do Mercado Televisivo face à Vocação Cultural da Televisão. Documento Síntese da Conferência Internacional sobre Televisão*. [en linea]. 1997. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/_texto.php?html2=soares-tania-re-regulamentacao-televisao.html> [Consulta: 10 maio 2005].
- WOLTON, Dominique: *O elogio do grande público. Uma teoria crítica da televisão*. (Trad. port. de José Rubens Siqueira). São Paulo, Ed. Ática, 1996.
- Ministros, Lisboa, 2002. [en linea]. <http://www.portugal.gov.pt/NR/rdonlyres/CBEF799D-BC35-4B28-9DFB-021CAC512BA2/0/Novas_Opcoes_Audiovisual.pdf> [Consulta: 1 maio 2005].
- Relatório do Grupo de Trabalho sobre o Serviço Público de Televisão 2002. [en linea] <www.ics.pt/Ficheiros/serv_pub/Rel_S_P_TV.pdf> [Consulta: 10 janeiro 2006].
- Site oficial da 2.: [en linea] <<http://www.dois.tv/>> [Consulta: 01 maio 2005].
- Site oficial da ACIME [en linea] <www.acime.gov.pt> [Consulta: 15 janeiro 2006].

Outras fontes

Relatório Novas Opções para o Audiovisual. Presidência do Conselho de